



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE APOIO FUNCIONAL – DIAFU

RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANUAL

2009

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Procurador-Geral de Justiça

Nelson Antônio Cavalcante Lemos

Subprocurador-Geral de Justiça

Paulo Barbosa de Almeida

Corregedor-Geral

Bertrand de Araújo Asfora

Secretário-Geral

Wellington dos Santos Sales

Diretor da DIAFU

Edleuza Rodrigues Gomes da Silva

Chefe de Departamento da DCOPP

Patrícia Valeria Carneiro de Oliveira

Chefe de Departamento da DASTJ

Lúcia de Fátima Lucena da Costa

Chefe de Departamento DBIB

Fernando Ricardo Barbosa Lima

Assessor IV de Apoio Administrativo

Equipe de Apoio

DCOPP

Carlos Francelino de Santana

Carmem S. dos Santos Durier

Giovani José Lira de Oliveira

Lúcia Sales da Silva

Luís Carlos Izidoro de Souza

Marcelo Dias Macedo

Nádja de Sousa Ribeiro

DJAST

Celiana Cavalcante Lopes Lira

Francisco R. Alencar A. Pereira

Heitor Estrela Gadelha

Izabel Maria dos Santos

Keila de Assis Lima

Márcia Anita A. R. Mangueira

Monique Caroline de S. Santos

Rosa Karenina J. Maia Duarte

DIBIB

Christianne M. Wanderley Leite

Mércia L. P. de Albuquerque

INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento, em atenção ao disposto no art. 1º, IV, n. 8, da Resolução 009/08 do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça deste Parquet estadual, é apresentar relatório anual da Diretoria de Apoio Funcional, expondo o cumprimento de suas atribuições mediante apresentação de estatísticas dos Departamentos vinculados. Outrossim, exibir as principais atividades desenvolvidas por esta Diretoria durante o exercício de 2009. Por fim, aduzir aspectos relacionados à situação estrutural e funcional daqueles. Descrevendo, de forma sucinta, a atual conjuntura do Setor, juntamente com suas dificuldades e sugestões para melhoria.

Para cada um dos três Departamentos, após sumária sinopse de suas atribuições, abordamos o conteúdo deste relatório em cinco temas, a saber:

- 1 – Estatísticas
- 2 – Atividades Desenvolvidas
- 3 – Estrutura
- 4 – Maquinário
- 5 – Pessoal

Os dados apresentados demonstram que, apesar da carência de recursos, quer humano quer material, a DIAFU vem cumprido com sua missão institucional de levar ao Ministério Público da Paraíba e ao cidadão, um serviço de qualidade, aperfeiçoando sempre o predicado dos serviços que presta.

SUMÁRIO

<u>1 – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE PROCESSOS E PARECERES.....</u>	<u>5</u>
<u>1.1 SINOPSE DO DEPARTAMENTO.....</u>	<u>5</u>
<u>1.2 ESTATÍSTICAS.....</u>	<u>6</u>
1.2.1 Demonstrativo total dos processos de 2º grau distribuídos.....	6
1.2.2 Procuradoria Geral de Justiça.....	10
1.2.3 Procuradorias de Justiça Cível.....	13
1.2.3.1 1ª Procuradoria de Justiça Cível.....	13
1.2.3.2 2ª Procuradoria de Justiça Cível.....	15
1.2.3.3 3ª Procuradoria de Justiça Cível.....	17
1.2.3.4 4ª Procuradoria de Justiça Cível.....	19
1.2.3.5 Procuradoria de Justiça Criminal.....	21
<u>1.3 SITUAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL.....</u>	<u>23</u>
<u>2 – DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA.....</u>	<u>29</u>
<u>2.2 SITUAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL.....</u>	<u>30</u>
<u>2.2 QUANTITATIVO ESTATÍSTICO.....</u>	<u>31</u>
<u>3 – DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA.....</u>	<u>32</u>
<u>3.1 QUANTITATIVO ESTATÍSTICO.....</u>	<u>32</u>

1 – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE PROCESSOS E PARECERES

1.1 SINOPSE DO DEPARTAMENTO

Tem como objetivo principal a tramitação dos processos de 2º grau e preparação das Pautas para as sessões no TJ/PB nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Câmaras Cíveis, Câmara Criminal e Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Operacionaliza suas atividades no controle e supervisão das tramitações processuais de 2º grau, através dos seguintes atos:

- Recebimento dos processos do 2º Grau pelo TJ/PB
- Distribuição dos Processos de 2º grau
- Encaminhamento aos Gabinetes dos Procuradores de Justiça
- Digitalização de pareceres
- Preparação de Pautas das sessões das Câmaras e Pleno do TJ-PB
- Devolução dos processos de 2º grau para o TJ/PB

1.2 ESTATÍSTICAS

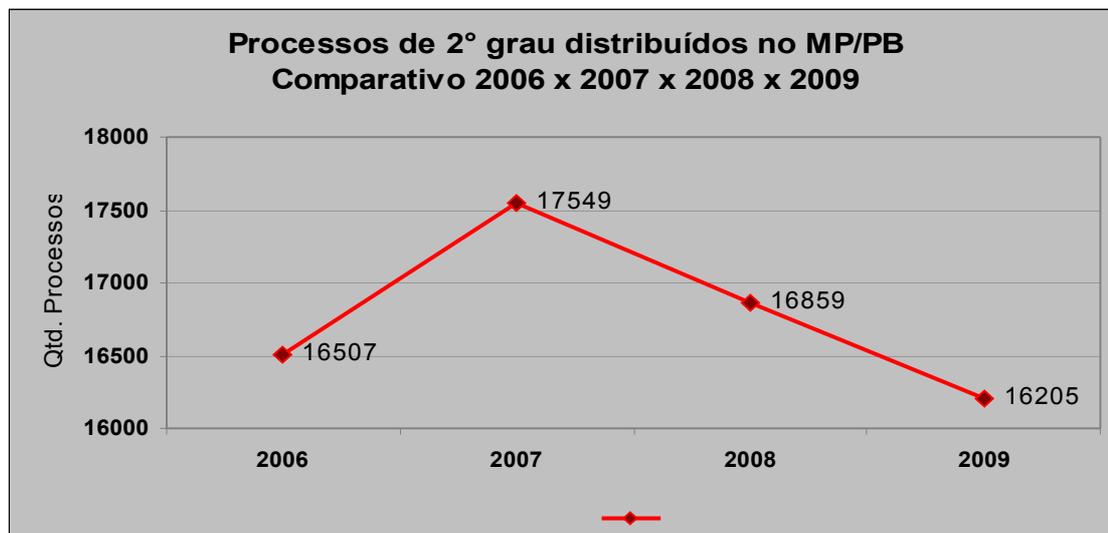
1.2.1 Demonstrativo total dos processos de 2º grau distribuídos

PROCESSOS	2008	2009	Δ %
Distribuídos	16859	16205	-3,88%

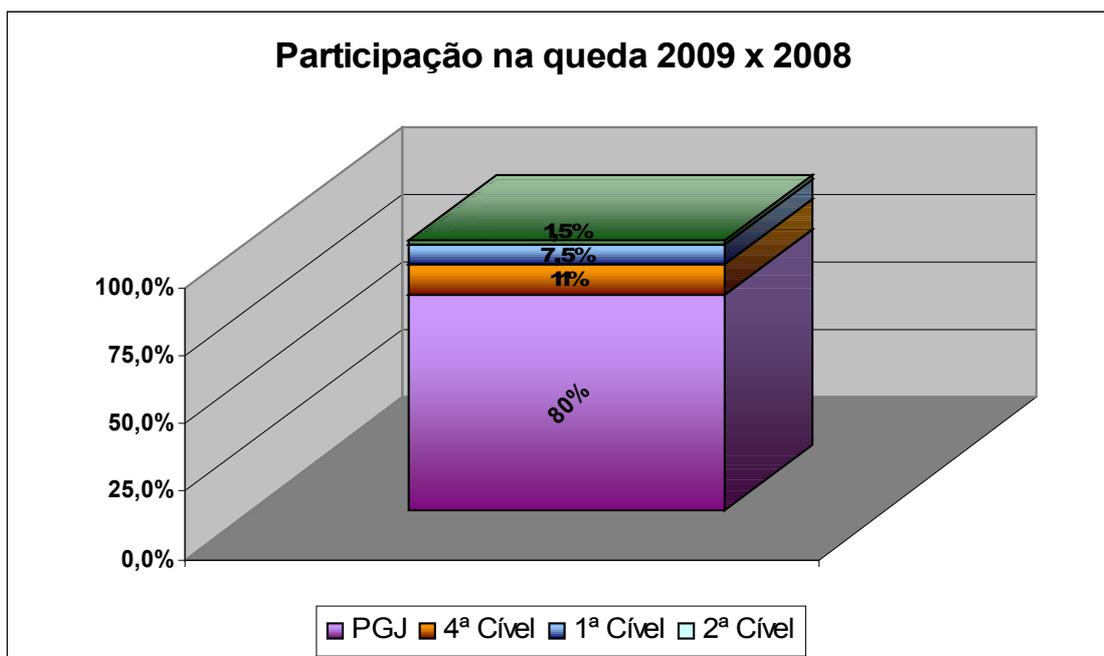
Uma mudança sem precedentes ocorreu no volume da atividade ministerial do MP/PB em 2008 e foi confirmado em 2009. O total de processos de 2º grau distribuídos no Parquet paraibano vem reduzindo ano a ano. O que ocorreu no ano passado e que o torna especial é o fato de que com a redução ocorrida em 2009 o total de processos de 2º grau distribuídos passou a níveis inferiores ao de 2006.

Os dados revelam que ocorreu uma redução de 3,9% no total de processos de 2º grau distribuídos em 2009 frente a 2008.

O gráfico abaixo mostra a movimentação processual no MP/PB nos últimos quatro anos e evidencia a queda dos processos distribuídos.

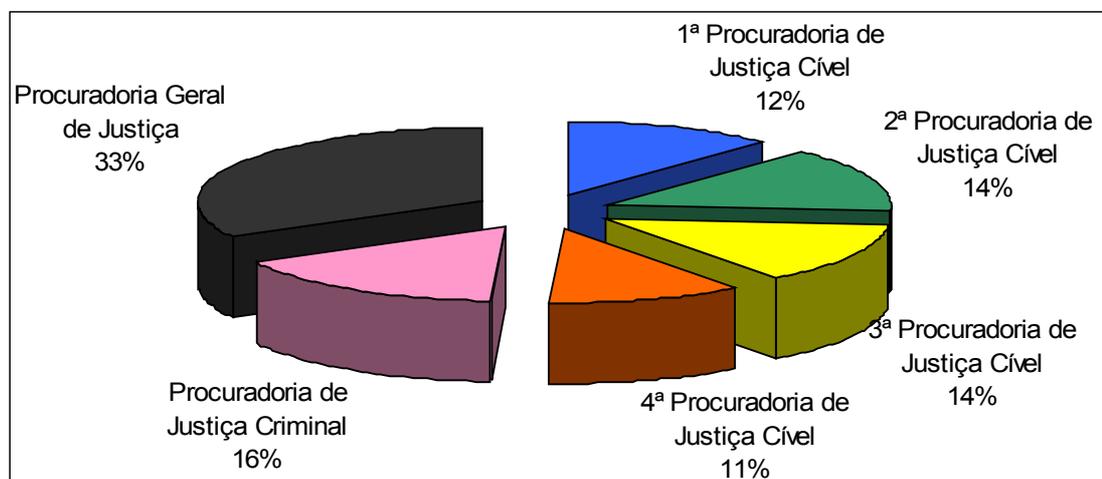


O gráfico a seguir, demonstra a participação de cada órgão na queda ocorrida do ano de 2009 quando em comparação com 2008.

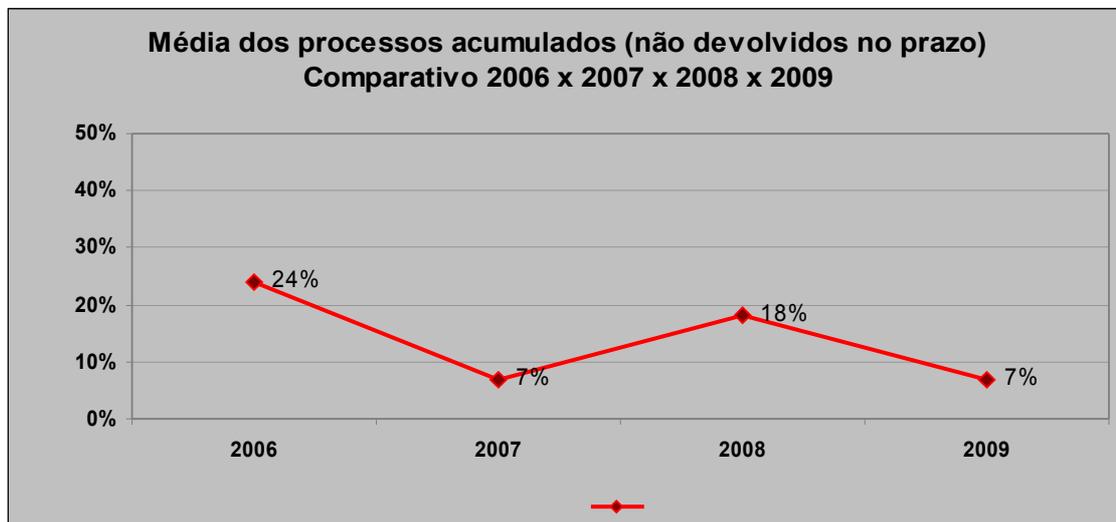


Com efeito, a queda produzida entre esses dois anos teve como fator preponderante a diminuição dos recursos ou processos originários que possuem foro de julgamento junto ao Tribunal Pleno do TJ-PB, campo de atuação específica da Procuradoria Geral de Justiça e suas Assessorias Técnicas Cíveis e Criminais, e C.C.I.A.I.F. Tal fato decorre, e muito, dos filtros hoje utilizados pelos Tribunais Superiores, como a súmula vinculante e o instituto da repercussão geral, mas somente uma análise mais apurada é capaz de dizer se a queda abrupta ocorreu mais na classe de processos denominados de Recurso Especial e Recurso Extraordinário. A questão é saber se haverá estabilização ou há outro motivo não aparente.

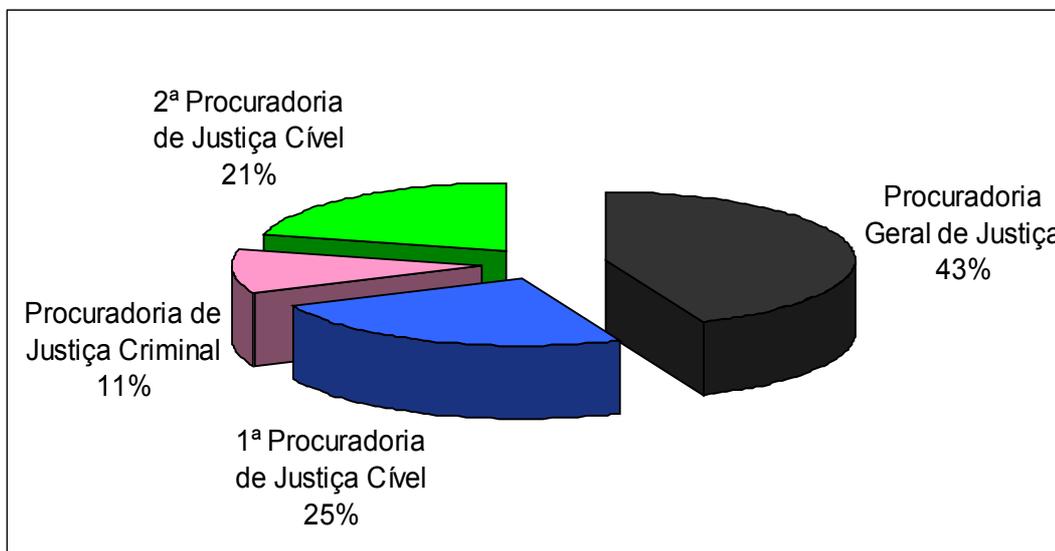
O quadro abaixo revela a participação de cada procuradoria no quantitativo total dos processos distribuídos em 2009.



O próximo gráfico traz a redução ocorrida na média dos processos acumulados, i.e., aqueles não devolvidos no prazo, levando-se em conta todas as procuradorias de justiça, nos últimos quatro anos.



A participação de cada Procuradoria nos processos acumulados em 2009 fica demonstrada no gráfico abaixo.

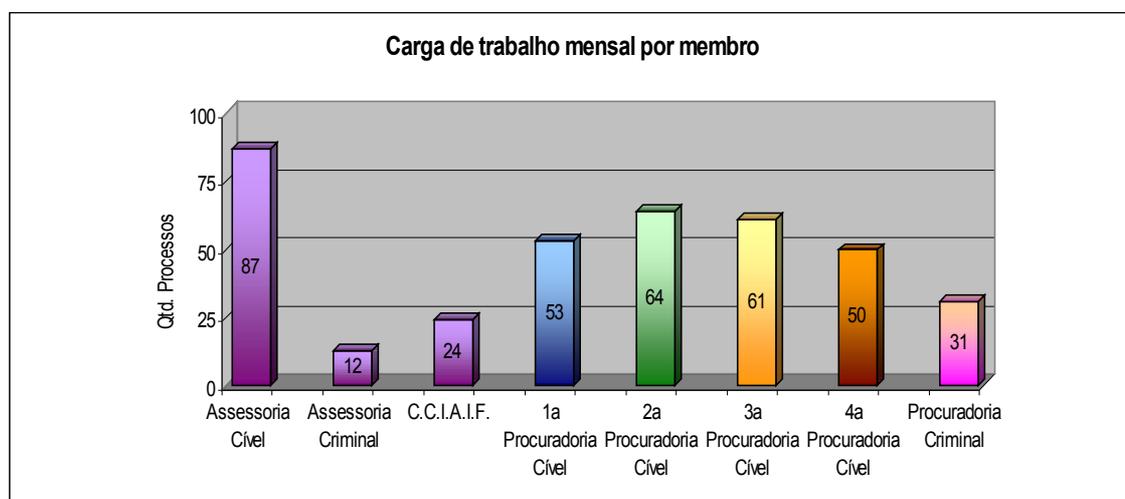


Comparando-se o gráfico acima com o primeiro gráfico pizza, que apresenta o percentual de cada Procuradoria nos processos distribuídos é possível verificar aspectos importantes. Dentre eles podemos citar que apesar de possuir uma participação nos processos distribuídos de apenas 12%, a 1ª Procuradoria de Justiça Cível é responsável por 25% dos processos não devolvidos no prazo. O mesmo se pode dizer da 2ª Procuradoria de Justiça Cível e da Procuradoria Geral de Justiça,

respectivamente, 14% e 33% de participação na distribuição. A Procuradoria de Justiça Criminal, por sua vez, possui uma participação nos processos acumulados menor que sua participação na distribuição (16%)

As 3ª e 4ª Procuradorias de Justiça Cível, a seu turno, em nada contribuem na acumulação de processos no MP/PB.

O gráfico a seguir apresenta e compara, simultaneamente, a carga de trabalho mensal por membro com relação aos processos de 2º grau. O cálculo, simples, é feito dividindo-se a média de processos distribuídos mensalmente para assessoria, comissão e gabinete, para então dividi-lo pelo número de membros atuantes naquele órgão.



O comparativo apresentando pelo gráfico demonstra uma carga muito maior de trabalho para os Assessores Técnicos do Procurador-Geral de Justiça com atuação na assessoria cível. Máxime considerando que cada Assessor Técnico só pode contar com o auxílio de um técnico de promotoria – assistência judiciária, quando em cada Gabinete de Procurador de Justiça existem três cargos comissionados destinados a pessoas com formação superior em direito para prestar assessoria.

1.2.2 Procuradoria Geral de Justiça

Os processos de 2º grau distribuídos para a PGJ podem ir para três setores: para a assessoria técnica cível, a assessoria técnica criminal ou a C.C.I.A.I.F. O quadro abaixo demonstra como se deu a referida distribuição, em termos de quantitativos, para a PGJ.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	2008	2009	Δ %
Assessoria Técnica Cível	4273	4163	-2,57%
Assessoria Técnica Criminal	440	299	-32,05%
C.C.I.A.I.F.	1668	866	-48,08%
TOTAL	6381	5328	-16,50%

O quadro evidencia uma redução nos processos de 2º grau distribuídos para a Procuradoria Geral de Justiça no ano de 2009 quando em comparação com 2008.

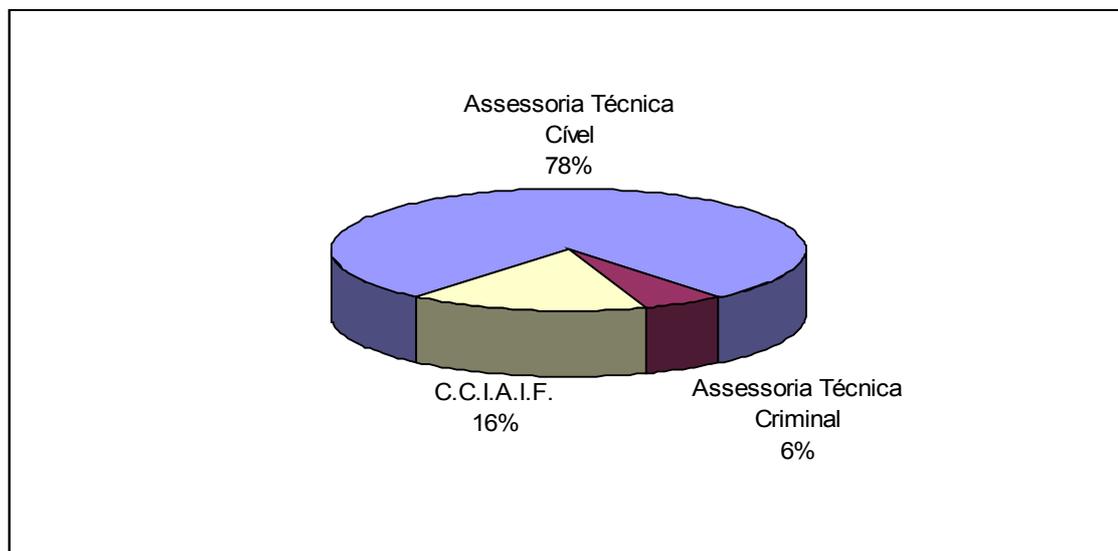
Verifica-se que a queda foi muito significativa, alcançando um índice de 16,5%, trazendo-o para níveis menores que o de três anos atrás. As maiores quedas ocorreram na C.C.I.A.I.F. e na Assessoria Técnica Cível.

É possível que tal fato tenha se dado principalmente devido aos filtros do STF e STJ, que ocasionou uma queda na demanda recursal para estes tribunais superiores.

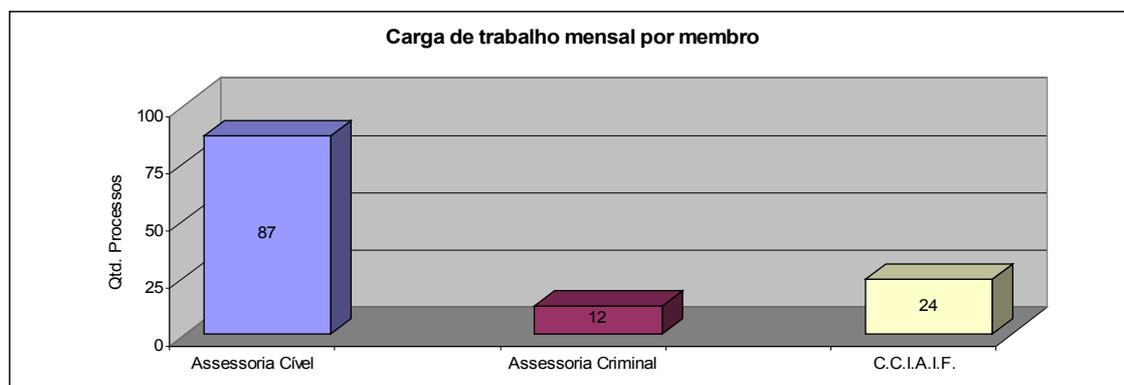
O gráfico abaixo traz a evolução dos processos distribuídos na PGJ desde 2006.



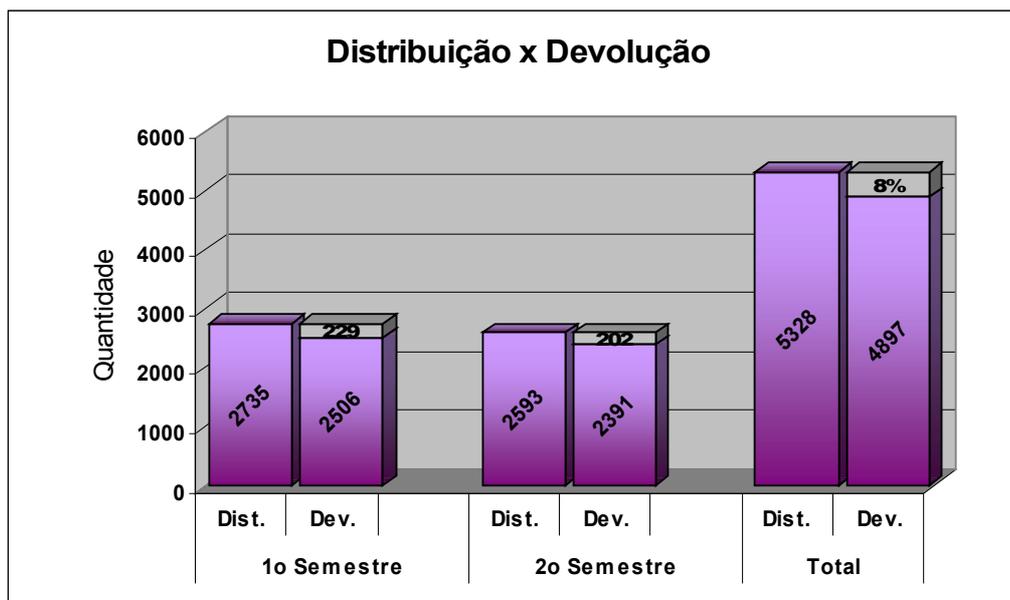
A participação de cada Assessoria e Comissão no total de processos de 2º grau distribuídos para a Procuradoria Geral de Justiça fica demonstrada no gráfico abaixo.



A disparidade da assessoria técnica cível com relação aos demais órgãos da Procuradoria Geral de Justiça fica também evidenciado no gráfico que apresenta a carga de trabalho mensal por membro atuante no órgão, abaixo apresentado.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2009.



O gráfico abaixo traz o acumulo de processos entre os anos de 2006 e 2009.



1.2.3 Procuradorias de Justiça Cível

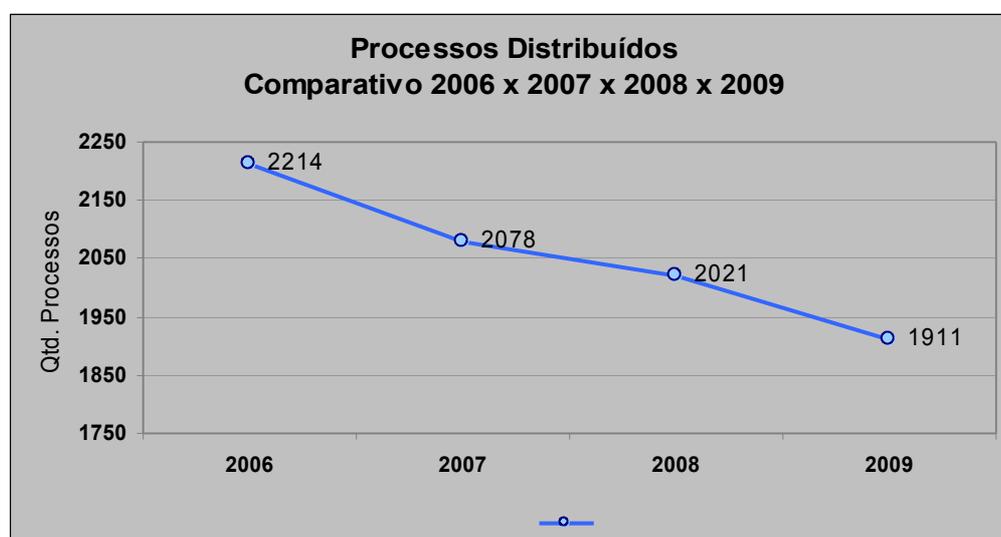
São quatro as Procuradorias de Justiça Cível, cada qual composta por três procuradores de justiça.

1.2.3.1 1ª Procuradoria de Justiça Cível

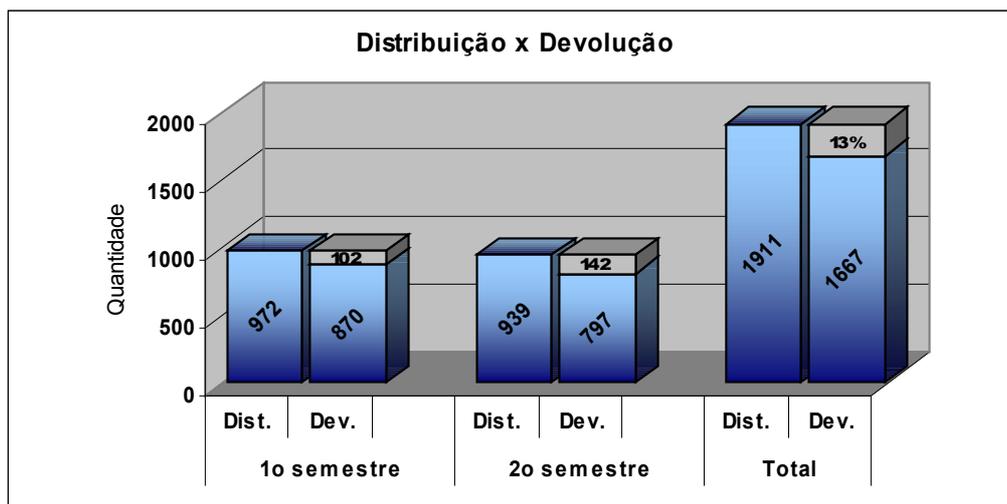
PROCESSOS	2008	2009	Δ %
Distribuídos	2021	1911	-5,4%

Os processos de 2º grau distribuídos, em 2009, para a 1ª Procuradoria de Justiça Cível também teve um declínio frente ao ano de 2008.

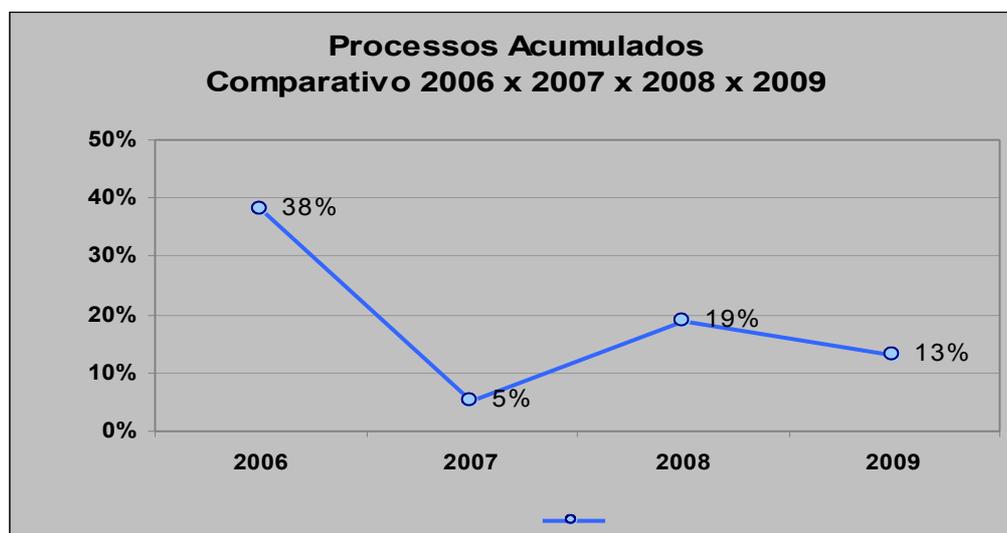
O próximo gráfico revela a linha descendente por que passa a distribuição dos processos para a 1ª Procuradoria de Justiça Cível. Com efeito, o gráfico evidencia que a queda no número de processos distribuídos ocorre, continuamente, desde 2006.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2009.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 e 2009.

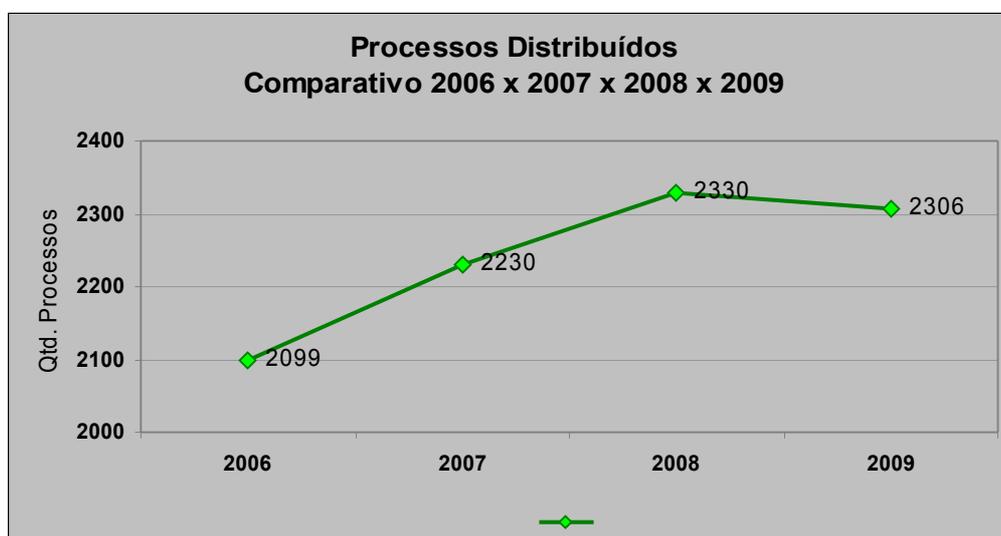


1.2.3.2 2ª Procuradoria de Justiça Cível

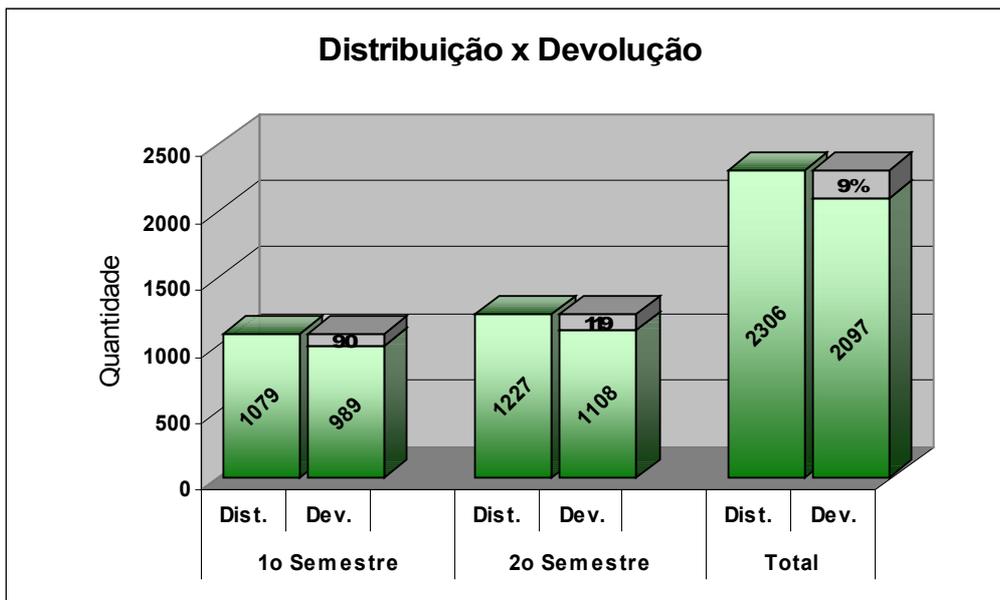
PROCESSOS	2008	2009	Δ %
Distribuídos	2330	2306	-1%

Os processos de 2º grau distribuídos, em 2009, para a 2ª Procuradoria de Justiça Cível também teve um declínio frente ao ano de 2008. Os dados apontam uma pequena redução no aporte de 1%.

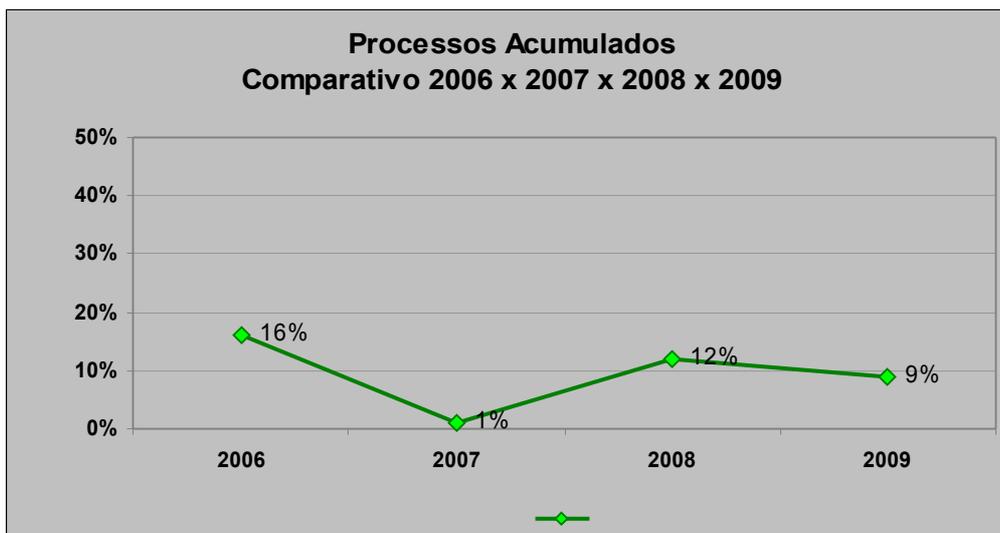
O próximo gráfico traz um comparativo entre os processos de 2º grau distribuídos para a 2ª Procuradoria de Justiça Cível nos anos de 2006 a 2009. Diferentemente do que ocorre com a 1ª Procuradoria de Justiça Cível – um contínuo decréscimo na distribuição, na 2ª Procuradoria, com essa queda na distribuição ocorrida no ano de 2009 operou-se um rompimento com um intermitente crescimento observado ao longo dos anos.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2009.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 e 2009.

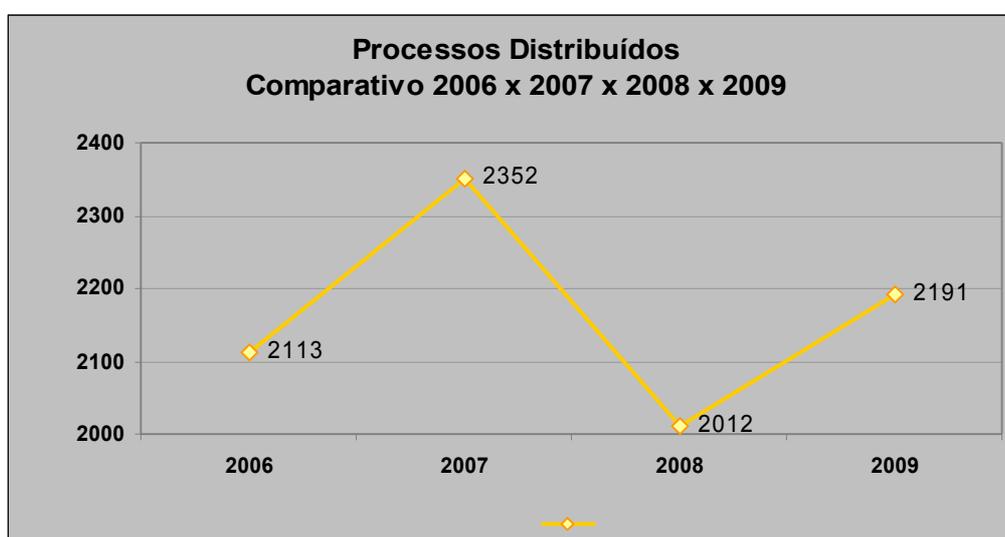


1.2.3.3 3ª Procuradoria de Justiça Cível

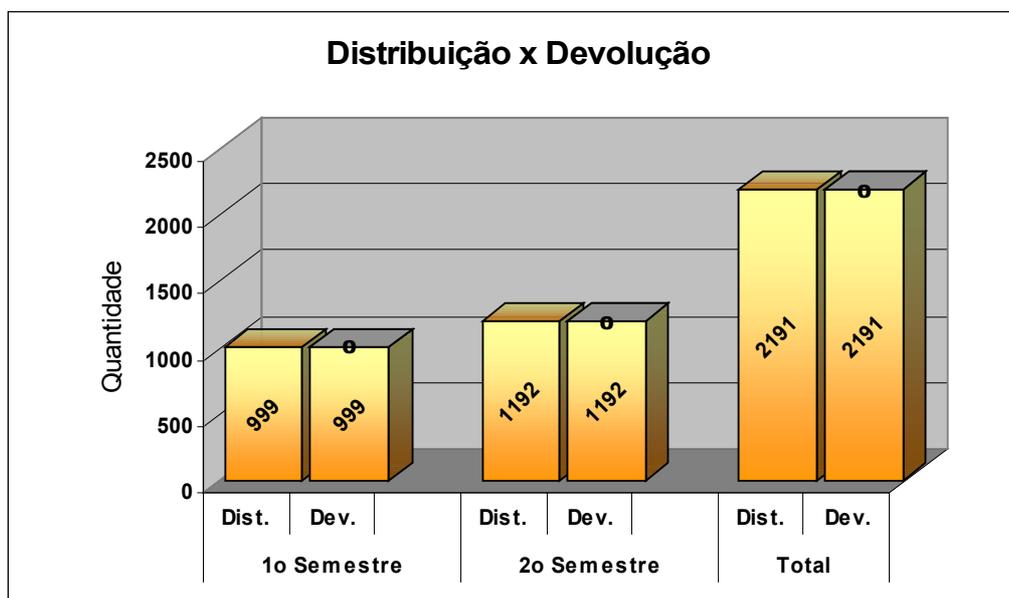
PROCESSOS	2008	2009	Δ %
Distribuídos	2012	2191	8,9%

A 3ª Procuradoria de Justiça Cível foi a única dentre as Procuradorias de justiça Cível a ter um acréscimo no quantitativo na distribuição de processos de 2º grau. Os dados apontam um aumento da ordem de quase 9%.

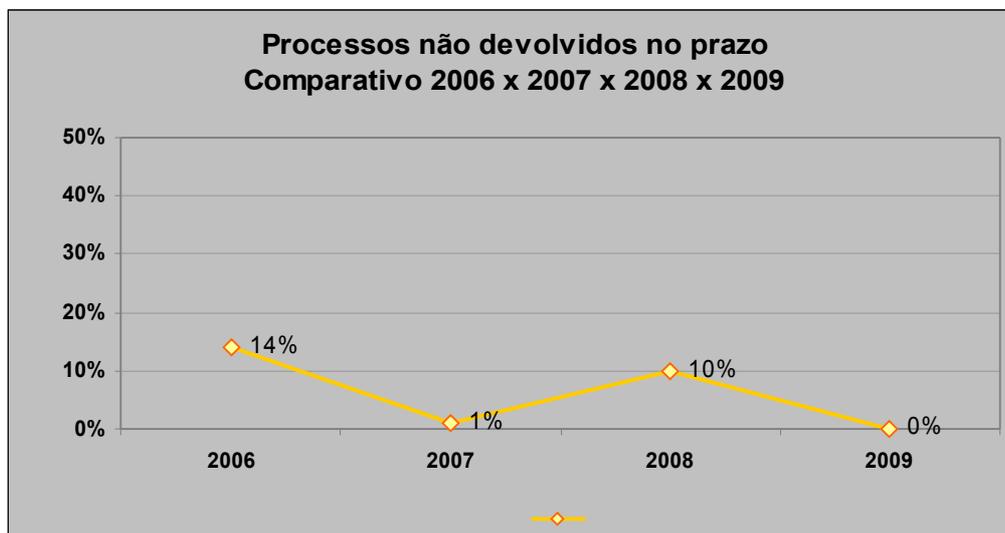
O próximo gráfico traz um comparativo entre os processos de 2º grau distribuídos para a 3ª Procuradoria de Justiça Cível nos anos de 2006 a 2009.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2009.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 e 2009. O gráfico evidencia o esforço da Procuradoria em devolver todos os processos distribuídos dentro do prazo regulamentar.

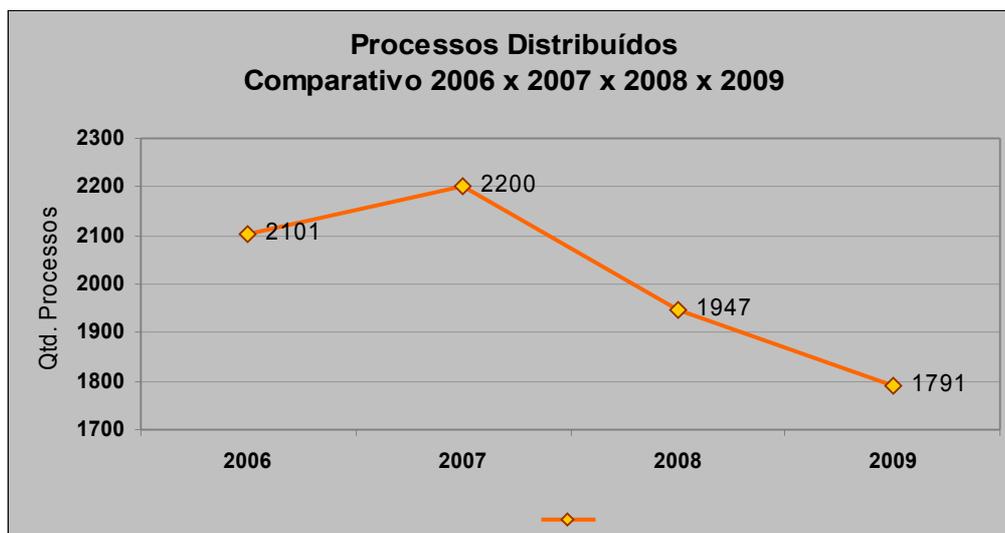


1.2.3.4 4ª Procuradoria de Justiça Cível

PROCESSOS	2008	2009	Δ %
Distribuídos	1947	1791	-8%

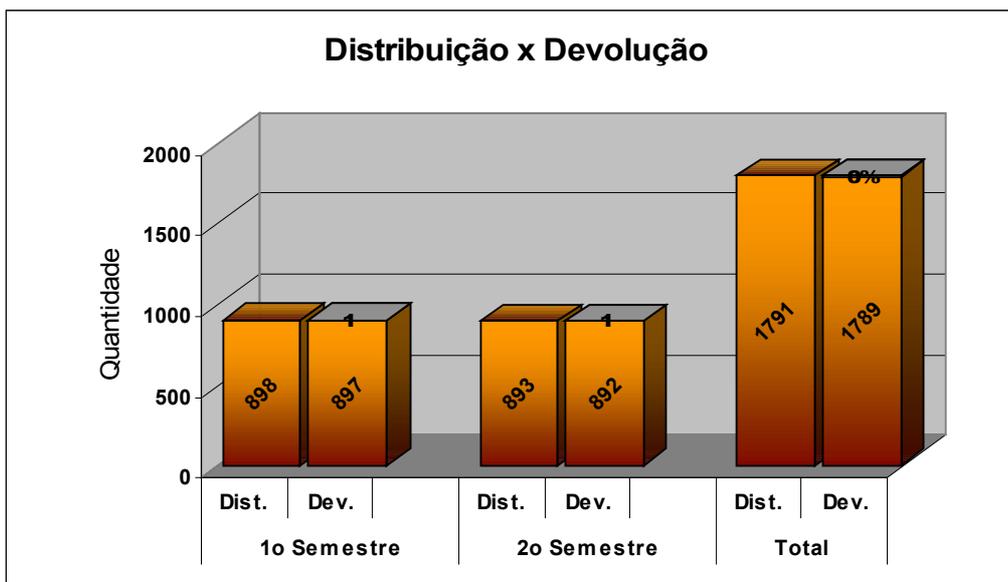
Os processos de 2º grau distribuídos, em 2009, para a 4ª Procuradoria de Justiça Cível também teve um declínio frente ao ano de 2008. Os dados apontam uma redução no aporte de 8%.

O próximo gráfico traz um comparativo entre os processos de 2º grau distribuídos para a 4ª Procuradoria de Justiça Cível nos anos de 2006 a 2009.

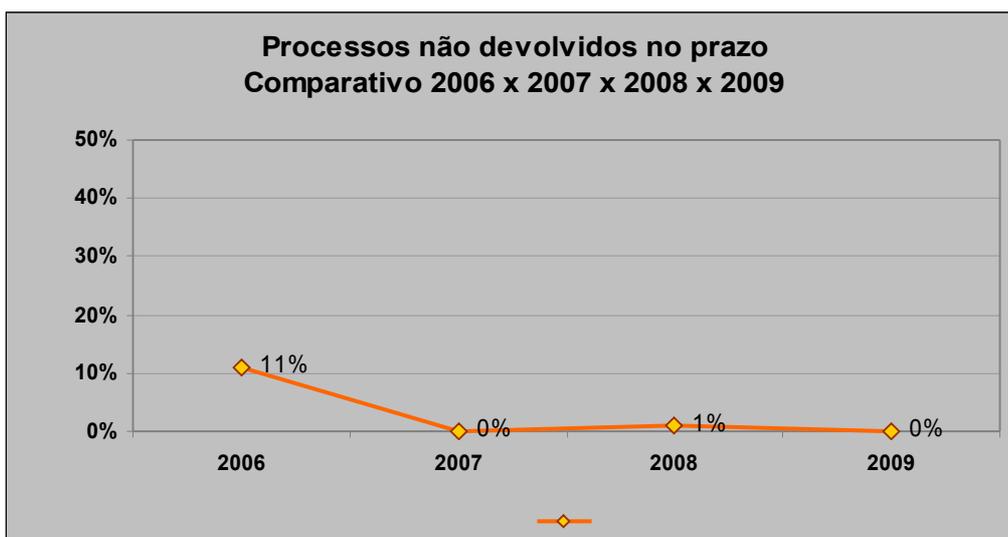


O gráfico acima revela a linha descendente por que passa a distribuição dos processos para a 4ª Procuradoria de Justiça Cível. Com efeito, o gráfico evidencia que a queda no número de processos distribuídos ocorre, continuamente, desde 2007.

O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2009.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 e 2009. O gráfico evidencia o esforço da Procuradoria em devolver todos os processos distribuídos dentro do prazo regulamentar.



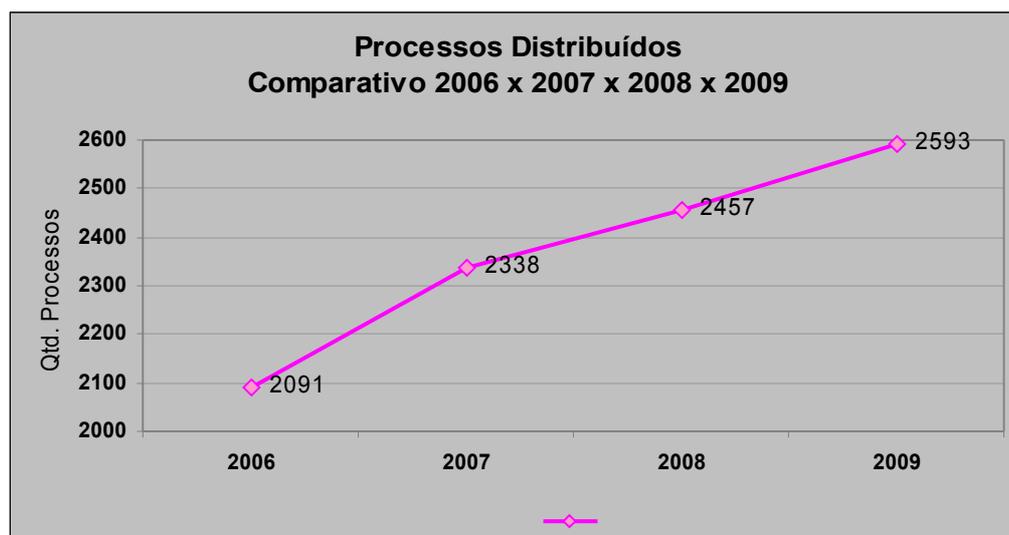
1.2.3.5 Procuradoria de Justiça Criminal

A Procuradoria Criminal, diferentemente do que ocorre nas Procuradorias de Justiça Cível, é composta por sete Procuradores de Justiça.

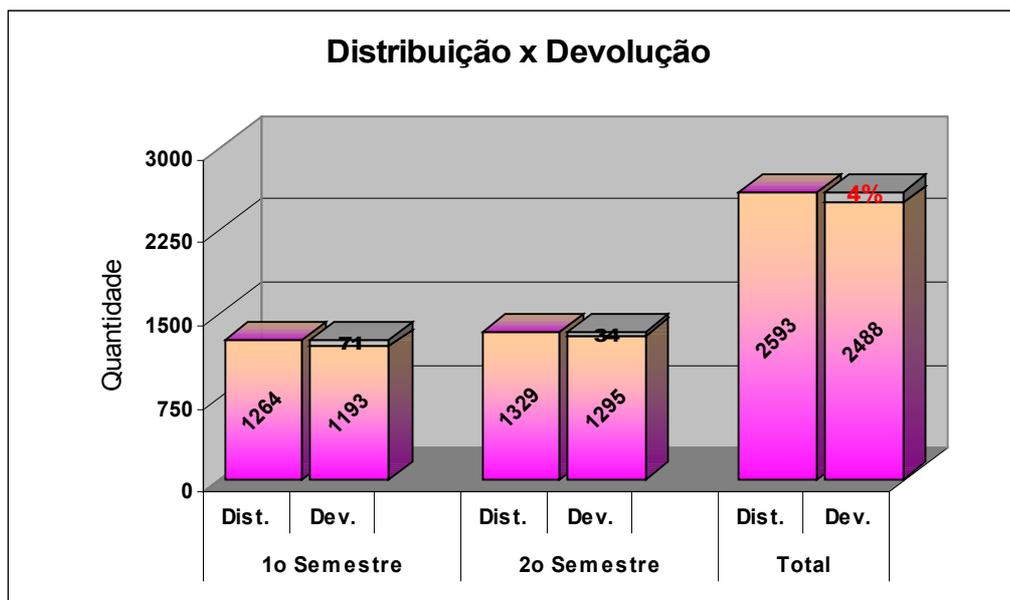
PROCESSOS	2008	2009	Δ %
Distribuídos	2457	2593	5,5%

A Procuradoria de Justiça Criminal, juntamente com a 3ª Procuradoria de Justiça Cível foram as únicas a obter um acréscimo no quantitativo na distribuição de processos de 2º grau. Os dados apontam um aumento da ordem 5,5% para a Procuradoria de Justiça Criminal.

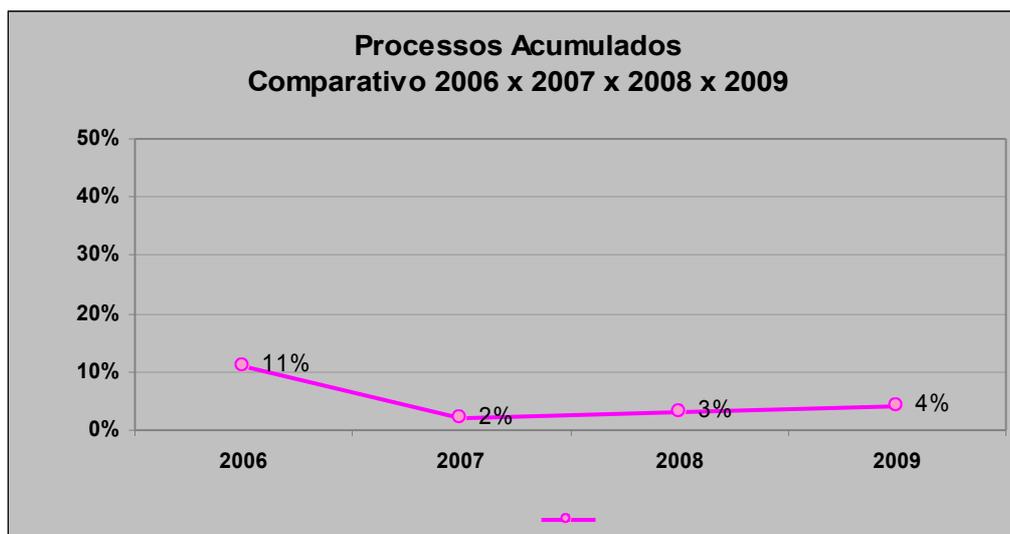
O próximo gráfico traz um comparativo entre os processos de 2º grau distribuídos para a Procuradoria de Justiça Criminal nos anos de 2006 a 2009.



O próximo gráfico faz um comparativo entre distribuídos e devolvidos, e apresentando os acumulados, i.e., os não devolvidos no prazo, em 2009.



O gráfico abaixo traz o acúmulo de processos entre os anos de 2006 a 2009, e evidencia que juntamente com o acréscimo na distribuição de processos que vêm ocorrendo, intermitentemente, ao longo dos anos, exsurge um maior percentual na quantidade de processos não devolvidos no prazo.



1.3 SITUAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL

O objetivo deste tópico é apresentar a situação estrutural e funcional do Departamento de Controle de Processos e Pareceres - DCOPP. Expondo, de forma sucinta, a atual conjuntura do Setor, juntamente com suas dificuldades e sugestões para melhoria. O conteúdo está dividido em três temas, a saber:

- 1 – Estrutura
- 2 – Maquinário
- 3 – Pessoal

1 – ESTRUTURA

A DCOPP ocupa duas salas no 2º andar do Prédio da Procuradoria Geral de Justiça. É preciso enfatizar que até o início da gestão do Exmo. Procurador Geral de Justiça, Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, o Departamento, com seus outrora onze servidores, ocupava tão somente uma pequena sala.

Não bastando possuir dez servidores, o departamento ainda é local onde, diariamente, transitam assessores de gabinete dos Exmos Procuradores de Justiça, servidores do Tribunal de Justiça da Paraíba, encarregados de trazer os processos oriundos do referido Órgão, Promotores, advogados e cidadãos que aqui se dirigem para obter informação processual. Processos, que vale ressaltar, perfizeram um total de 1.500 (um mil e quinhentos processos) no mês de Outubro de 2009, alguns com até 15 volumes. Estes, após serem distribuídos aos Gabinetes, retornam ao Departamento para, só então, serem devolvidos ao Tribunal de Justiça. O que demonstra um trânsito intenso de pessoas e papéis.

Nas duas salas que ocupa a DCOPP possui cinco armários de duas portas e oito estantes em aço com quatro prateleiras cada, onde se armazenam os processos, pautas de Sessões das Câmaras e Pleno do Tribunal de Justiça, pareceres emitidos pelos Exmos. Procuradores e Procurador Geral de Justiça, e material de expediente.

O DCOPP também possui cinco mesas retangulares de madeira. Nelas os processos são divididos conforme a situação de tramitação em que se encontram, quais sejam: para carimbos de recebimento, cadastro no Sistema Arquimedes, distribuição, assinatura de revisão da Chefia de Departamento, recebidos dos gabinetes, conferência de pareceres e baixa nas pastas, aguardando digitalização, e retorno ao Tribunal de Justiça. Outras duas mesas retangulares abrigam a Chefia de

Departamento e o servidor responsável pela digitalização dos pareceres emitidos.

Ainda existem quatro 'ilhas' de trabalho, onde ficam os servidores responsáveis pelo manuseio do sistema Arquimedes – cadastro e distribuição dos processos de 2º grau.

A crítica que se faz quanto aos locais de armazenamento de processos e material de expediente, mesas e 'ilhas' de trabalho diz respeito ao tempo de uso destes, visto que são móveis já muito utilizados por outros setores, desgastados pelo tempo e de aparência ultrapassada, passando a imagem de uma instituição pouco moderna, o que não condiz com um setor onde transitam Procuradores, Promotores e advogados.

Para atender aos servidores, o Departamento possui um frigobar. Ou melhor, o que restou de um. A bem da verdade o frigobar não mais acode às necessidades a que se presta. Com a porta corroída pela ferrugem e não mais fechando, o frigobar, no estado em que se encontra, tem trazido mais prejuízo, com o consumo excessivo, que bem à Instituição.

No que tange a cadeiras, sua quantidade é satisfatória, muito embora, por vezes, o setor seja utilizado por assessores dos gabinetes para criação de guias, preenchimento do RAF de 2º grau e outros serviços referentes ao seu vínculo com Departamento. Na quantidade em que se encontra, ainda que no limite, não se vê um empecilho para o bom andamento do setor.

Pelas razões expostas apresentamos como sugestões o disposto no quadro abaixo:

1	Renovação dos locais de armazenamento de processos e material de expediente, mesas e 'ilhas' de trabalho.
2	Substituição do Frigobar.

2 – MAQUINÁRIO

A DCOPP possui seis computadores, assim distribuídos: um para a Chefia de Departamento, outro para a digitalização de processos, e quatro para atender a distribuição, assessores dos gabinetes dos Procuradores de Justiça e pessoal de apoio.

Pelo número vê-se, de pronto, que é insuficiente para atender com satisfação ao Departamento, senão vejamos: quatro são as procuradorias cíveis, uma a criminal, e toda procuradoria geral de Justiça. Na DCOPP contamos seis pessoas trabalhando

diretamente com um computador o tempo todo, seja para cadastrar, criar guias de envio para os gabinetes, TJ-PB, efetivar guias dentre outras atribuições como pesquisar pareceres para elaboração das Pautas das sessões de julgamento das Câmaras Cíveis, Criminal e Pleno do TJ-PB – ao todo são seis sessões por semana, com uma média de 50 pareceres cada. Aos servidores que cadastram juntem-se os assessores dos gabinetes que se utilizam dos computadores deste Departamento para a feitura das mais variadas atividades ligadas ao trâmite e relatório de processos de 2º grau.

O setor possui dois ar-condicionados para conferir ventilação e refrigeração, o que faz com satisfação, muito embora um dos equipamentos esteja cansado devido a sua já avançada data de fabricação.

O setor possui, na atualidade, apenas uma impressora Laser, o que resulta em grande inconveniente. Ocorre que a impressora é utilizada à exaustão, seja para impressão dos pareceres, dos Exmos. Procuradores de Justiça e Procurador Geral de Justiça, utilizados nas sessões das quatro Câmaras Cíveis, Câmara Criminal e Pleno do Tribunal de Justiça, quanto confecção de guias para tramitação dos processos - lembrando que ocorrem seis sessões por semana, e em cada há uma média de 50 pareceres (mínimo de 03 laudas), e que tramitaram, apenas no Departamento de Controle de Processos e Pareceres, no mês de Setembro desse ano, 1.501 processos de 2º grau, exigindo um número elevado de guias, seja para envio destes aos Gabinetes dos Exmos. Procuradores de Justiça, quanto para a devolução ao Tribunal de Justiça.

Não bastasse essa sobrecarga de trabalho a uma só impressora, vale ressaltar o programa de reutilização de papel instituído por essa Chefia. Criado com o objetivo de servi-se novamente dos papéis impressos com pareceres para utilização nas sessões das Câmaras e Pleno do Tribunal de Justiça. Tal comportamento resultou, instantaneamente, na redução de mais de 1/3 dos papéis utilizados no Departamento. É de se dizer que a eficiência do programa só não é maior, justamente, pela ausência de outra impressora, dedicada exclusivamente a essa reutilização, tendo os servidores do setor que retirar e colocar papéis em branco ou reutilizáveis conforme a necessidade, o que despende tempo, paciência e carece, no mínimo, de praticidade.

Ainda quanto à impressora Laser, é importante aduzir que a presente nesta DCOPP é EMPRESTADA. Com efeito, a impressora originária ficou com defeito. Após o fato oficiou-se ao Departamento de informática solicitando seu conserto; obteve-se como resposta que seria impraticável devido ao valor elevado do orçamento. Nesse ínterim o departamento ficou utilizando-se da impressora jato de tinta da Diretoria. Verificando o setor de informática que o consumo de tinta, devido a

demanda da DCOPP, poderia causar falta em outros setores do Ministério Público, revolveu por EMPRESTAR impressora Laser, mas condicionado à descida para a informática da impressora da Diretoria. Destarte, a situação é a seguinte: a DCOPP não tem impressora própria, a Diretoria ficou sem a sua. Informamos que já foi requerido, através do Memorando 053/09 de 30.09.2009, a aquisição destas impressoras, expondo-se em seu conteúdo as razões devidas; até o presente momento não obtivemos resposta.

Outro ponto importante e crucial no Departamento diz respeito às máquinas de *scanners*. Em número de duas, são responsáveis por digitalizar todos os pareceres emitidos pelos exmos Procuradores de Justiça nos processos de 2º grau, o que por si só realça a demanda a que são submetidas. *Verbi gratia*, em Setembro foram distribuídos para os Gabinetes dos Procuradores de Justiça, Assessores Técnicos do Procurador Geral de Justiça e C.C.I.A.I.F, um total de 1.501 processos de 2º grau, o que representa, conseqüentemente, 1.501 pareceres emitidos – e todos são digitalizados.

Ocorre que, a impressora cedida a este Departamento é muito lenta. É praticamente impossível digitalizar um parecer (que pode possuir de 3 a 15 laudas) em tempo razoável. Tendo-se em conta que os processos só saem do Departamento para retornarem ao Tribunal de Justiça após a digitalização dos pareceres, a lentidão do equipamento só tem ocasionado demora no envio, e levando-se em consideração a existência de *scanners* mais modernos, como os presentes na Corregedoria e Informática – onde a demanda é inequivocamente menor, entendemos que em atenção ao bom funcionamento do Setor, principalmente considerando essa atribuição estratégica, é de interesse público a aquisição de outro mais moderno e condizente com a demanda e importância do serviço prestado aos exmos Procuradores e Procurador Geral de Justiça, no que se refere as suas atribuições funcionais junto aos processos de 2º grau oriundos do Tribunal de Justiça, para que não ocorra nenhuma espécie de constrangimento, considerando os prazos processuais.

Pelas razões expostas apresentamos como sugestões o disposto no quadro abaixo:

1	Aquisição de mais um computador.
2	Aquisição de mais uma impressora Laser de médio porte.
3	Substituição dos <i>Scanners</i> por outros mais modernos.

3 – PESSOAL

A DCOPP possui sete servidores de apoio, assim distribuídos: dois servidores no cadastro e distribuição dos processos de 2º grau que aportam a essa Procuradoria Geral de Justiça; dois servidores no transporte daqueles aos gabinetes dos Procuradores de Justiça, Assessoria Técnica do Procurador Geral de Justiça e C.C.I.A.I.F, no retorno ao Departamento, e posteriormente para o Tribunal de Justiça; dois servidores no apoio aos distribuidores e confecção de pautas físicas, um servidor responsável pela digitalização de pareceres.

Levando-se em consideração que são quatro Procuradorias Cíveis, uma Criminal e ainda a Procuradoria Geral de Justiça, perfazendo um total de 19 Procuradores de Justiça, seis Assessores Técnicos e uma Comissão (C.C.I.A.I.F), e mais de 16.000 processos para apenas duas pessoas cadastrarem, distribuírem, criarem guias de tramitação, carimbos, etc., entendemos que conferiria segurança e equidade no serviço a presença de um servidor por Procuradoria, e dois na Procuradoria Geral (por possuir um volume maior). Sobreleva essa consideração o fato de que sendo apenas dois os servidores os responsáveis por tal atribuição, em saindo um de férias, rotina comum em qualquer ambiente de trabalho, o volume mensal recai sobre apenas um funcionário!

O mesmo se diga com relação às férias do único servidor responsável pela digitalização. São digitalizadas, por mês, mais de 5500 laudas de pareceres. Idem para os servidores encarregados no transporte de processos, nas férias de um o outro fica responsável pelo tramite de mais de 1500 processos de 2º grau (muitos com mais de três volumes), ida e volta dos gabinetes, assessoria e retorno ao tribunal, o que faz esse número triplicar na prática.

O número reduzido de servidores no setor é um problema operacional e pode trazer transtornos consideráveis. E mais, acrescente-se a isso o fato de que com o início da atual gestão o Departamento teve o decréscimo de um servidor nos seus quadros. O que já era demasiadamente penoso, tornou-se preocupante.

Entendemos essa é a conjuntura mais crucial do setor, e portanto merece atenção especial.

Sobreleva esse problema o fato de que o Setor tem suas atribuições muito ligadas aos do Tribunal de Justiça. Explica-se, no TJ-PB o setor de distribuição de processos trabalha os dois períodos, justamente porque a demanda é imensa, enquanto a maioria dos servidores da DCOPP trabalham apenas meio expediente.

A necessidade de aperfeiçoamento dos servidores do Departamento é outra situação a se considerar, haja vista que a crescente informatização no manuseio dos processos é algo real e iminente. Com efeito, a previsão é de que dentro em breve tal manuseio nos processos de 2º grau se dê todo virtualmente, como já ocorre nos Juizados Especiais.

A digitalização dos processos e seu armazenamento em servidores virtuais, o manuseio do Sistema de distribuição de processos – Arquimedes, e a disponibilidade de consulta *on line* do tramite dos processos de 2º grau no âmbito deste *Parquet* estadual, são alguns dos claros sinais do processo de modernização do setor.

Pelas razões expostas apresentamos como sugestões o disposto no quadro abaixo:

1	Acréscimo no número de servidores, em pelo menos mais três.
2	Enquadramento de todos os servidores da DCOPP em regime de dois expedientes.
3	Curso de aperfeiçoamento dos servidores, principalmente em cursos de informática

2 – DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA TÉCNICA E JURÍDICA

2.1 SINOPSE DO DEPARTAMENTO

Tem como objetivo principal a tramitação e a distribuição dos processos Administrativos e Para-Jurídicos.

Processos Administrativos

Os processos administrativos são originados através de solicitações dos membros e servidores, ou através de encaminhamentos de outras Diretorias; dando-lhes suporte, técnico jurídico nas suas tramitações.

A Chefia de departamento de Assessoria Técnica e Jurídica, operacionaliza suas atividades em procedimentos administrativos realizados na ASSECOM, através de folhas de Requerimento.

São feitas as seguintes solicitações:

Aposentadoria

Isenção de previdência

Anotação e averbação de tempo de serviço

Incorporação

Retificação de gratificação

Pagamento de gratificação

Adicional noturno e insalubridade

Diárias

Férias

Concessão de licença-prêmio e conversão

Ascensão funcional

Análise de contratos administrativos

Convênios e parcerias da Procuradoria Geral de Justiça
com outros órgãos.

Aposentadorias e outras solicitações relacionadas a
procedimentos administrativos.

Processos Para-Jurídicos

Através de solicitações, encaminhamentos do Tribunal de Contas da Paraíba, IBAMA, TRT's, Procuradoria Geral do Estado, Comarcas e órgãos afins; os processos Para-Jurídicos são originados numa ação diretamente ligada ao Subprocurador-Geral .

Por determinação do Subprocurador-Geral e cumprindo determinação dos seus despachos; através de Ofício e AR's; a Chefia de departamento de Assessoria Técnica e Jurídica, encaminha os processos Para-Jurídicos, para a ASSECOM (Assessoria de Expediente e Comunicação) com discriminação dos locais e órgãos a serem encaminhados.

2.2 SITUAÇÃO FUNCIONAL E ESTRUTURAL

O objetivo deste tópico é apresentar a situação estrutural e funcional do Departamento de Controle de Processos e Pareceres - DCOPP. Expondo, de forma sucinta, a atual conjuntura do Setor, juntamente com suas dificuldades e sugestões para melhoria. O conteúdo está dividido em três temas, a saber:

- 1 – Estrutura
- 2 – Maquinário
- 3 – Pessoal

1 – ESTRUTURA

No que se refere ao espaço físico, e por se tratar de uma Departamento de Apoio Técnico Operacional aos trâmites dos Processos Administrativos e Para-jurídicos, contando atualmente com nove servidores - sete assessores jurídicos, uma servidora à disposição e a chefe do Departamento – além de receber os assessores técnicos do Procurador-Geral de Justiça deste Parquet, é evidente que o ambiente ocupado pelo Departamento é inadequado para o exercício de suas atribuições, máxime considerando que o desempenho é de cunho técnico, qual seja, a auxílio na confecção dos pareceres após análise dos processos oriundos do tribunal pleno do

Tribunal de Justiça da Paraíba. É praticamente impraticável a presença de todos ao mesmo tempo nas dependências do Departamento.

2.2 QUANTITATIVO ESTATÍSTICO

Em anexo a este relatório.

3 – DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA

A Biblioteca do Ministério Público Proc. Dr. Hugo Rodrigues dos Santos é especializada na área jurídica, seu acervo é praticamente 90% da área jurídica. Atualmente seu acervo encontra-se com 80% informatizado, ou seja, os serviços de processo técnico, a catalogação e o empréstimo.

O acesso à biblioteca é feito através de circulação pelas estantes, a consulta é feita no computador ou em catálogos de autor, título e assunto. O empréstimo domiciliar só pode ser feito por membros e servidores do MP, além de alunos da FESMIP, no prazo de 10(dez) dias, conforme regimento interno de empréstimo da biblioteca do MP. A consulta local de todo o acervo está aberta aos membros e servidores do MP, além de alunos da FESMIP cadastrados na Biblioteca e visitantes em geral. O empréstimo de livros poderá ser renovado, quando não houver reserva anterior.

3.1 QUANTITATIVO ESTATÍSTICO

Em anexo a este relatório.